

## Carta do Editor

O Brasil chega neste segundo semestre de 2015 em um contexto particularmente difícil em relação aos anos anteriores, em que se coloca novamente o desafio de repensar políticas públicas que não apenas avancem na luta contra a pobreza e a desigualdade excessiva, mas que possam também manter minimamente os avanços conquistados nas últimas décadas. Para tal, é preciso reconhecer que há importante conjunto de inter-relações entre a conjuntura macroeconômica e o desenvolvimento de políticas sociais que carecem de maior investigação científica, cenário que torna-se ainda mais complexo ao considerar os condicionantes impostos pela economia política internacional.

Em meio ao contexto de redefinição dos objetivos globais de luta contra a pobreza e a desigualdade na agenda pós-2015, a **Revista Pesquisa&Debate** buscou representar minimamente o debate nacional acerca de temas tão complexos e imbricados em nossa realidade social, prezando pela pluralidade de métodos de investigação científica e apresentando uma miscelânea de contribuições de ordem conceitual e empírica nesta edição especial sobre Pobreza e Desigualdade.

Abrimos a edição com artigo do Professor Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ), que apresenta reflexões conceituais sobre as relações entre a convergência dos níveis de renda dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos em função do comércio internacional, dinamismo interno e da intervenção do Estado. O Livre Comércio, afinal, é condição necessária e suficiente para que haja convergência entre os níveis de renda de países desenvolvidos e em desenvolvimento? E se não, que estratégia de política industrial adotada pelo Estado seria mais eficiente para a promoção do desenvolvimento? Haveria antagonismo entre ação estatal e expansão do comércio internacional? O artigo do Prof. Prado sugere que não: liberalização comercial não é necessariamente benéfica para os países em desenvolvimento, mas pode sê-la em determinados casos em que tal processo de abertura seja conduzido de forma integrada em um conjunto de políticas de desenvolvimento.

No artigo seguinte, *Informação Econômica, Ideologia e Expectativa*, o Prof. João Migliore (PUC-SP), recupera os escritos de Gramsci acerca dos aparelhos de hegemonia presentes no Estado ampliado, para fazer uma discussão acerca da relação entre as formas específicas em que a informação econômica é propagada, de acordo com o viés ideológico do agente difusor. O autor busca mostrar, por meio de discurso econômico reproduzido pela imprensa brasileira, a busca do agente difusor em influir nas expectativas sobre as variáveis macroeconômicas chave pode ser explicado pela motivações de setores da sociedade civil em atribuir conotação positiva ou negativa aos fatos econômicos, com vistas a aferir para si ganhos econômicos, políticos e sociais.

Os dois artigos seguintes debatem temas diferentes mas interconectados para o desenvolvimento internacional, por meio da análise de caso da ação do estado chinês e das iterações de suas necessidades de curto e longo prazo, alinhando sua demanda imediata por recursos à necessidade de gerar um aumento em seu poder real importa por suas necessidades de Estado. O artigo do Prof. Joaquim Carlos Racy e de Mariana

Sandoval (PUC-SP) explora a política de inserção internacional da China por meio de suas relações com o Sudão, esboçando assim elementos representativos para a compreensão da economia política internacional chinesa. Na leitura dos autores, a China, enquanto Estado nacional soberano, movimenta-se no “tabuleiro internacional” sempre em busca de recursos para a promoção de seu desenvolvimento, retratando as várias faces do pragmatismo chinês, que demonstra não apenas uma firme disposição da China em cumprir com seus objetivos, de modo a gerar um aumento de seu poder real, mas também sua abertura em admitir outras regras do jogo internacional que façam juz à seus interesses estratégicos.

O artigo de Mosaner, Casseb e Nader (PUC-SP), analisa o pacote de investimentos batizado de “Dez projetos para expandir demanda interna”, implantado por Pequim com vistas à reduzir os impactos da crise internacional de 2008, à luz da Teoria Geral de Keynes e dos modelos pós-keynesianos estruturados a partir do esquema dinâmico presente em Keynes, que situam a discussão acerca da instabilidade do sistema advindo das decisões de investimentos dos empresários e da importância do planejamento de Estado. Conclui-se que, embora o correto balanceamento de política fiscal, monetária e cambial tenham estimulado as expectativas dos agentes econômicos a favor da decisão de investir, reduzindo significativamente os impactos da crise econômica internacional no país, tal pacote de medida não pode ser dissociado do planejamento de longo prazo do Estado chinês e do papel central da infra-estrutura em seu plano desenvolvimentista. Argumenta-se que o “modelo chinês”, sem perder de vista o movimento da economia mundial, conseguiu acelerar sua estratégia de internalização da produção e do consumo por meio da antecipação de grandes investimentos em infraestrutura, fator inclusive de possível redução das desigualdades urbano-rural no país.

A primeira seção desta edição, portanto, investiga temas como o vies ideológico da produção e disseminação da informação econômica e as inter-relações presentes na economia política do capitalismo contemporâneo, explorando aspectos essenciais como a ação do Estado em políticas macroeconômicas que potencialmente podem atuar para o crescimento do produto e para a redução da desigualdade média entre países e regiões. Gostaríamos que esta primeira parte sirva com “pano de fundo” para a seção temática sobre pobreza e desigualdade que se segue, abrindo possibilidades de diálogo entre teoria econômica, ciências sociais e aplicações empíricas voltadas a uma melhor compreensão dos condicionantes da desigualdade de oportunidades e da pobreza no Brasil e na América Latina.

### **Edição Especial : Pobreza e Desigualdade**

O artigo de Lygia Sabbag Fares Gibb e Ana Luíza Matos de Oliveira (UNICAMP) expande a discussão acerca da desigualdade no mercado de trabalho para além da renda, abordando a desigualdade na distribuição do tempo de trabalho em três óticas : (a) entre os trabalhadores empregados e os desempregados; (b) entre as jornadas de trabalho dentre os trabalhadores empregados e (c) entre os gêneros, abordando a repartição entre

trabalho produtivo e reprodutivo e a problemática da jornada dupla e tripla de trabalho enfrentado pelas mulheres.

Natália Augusto, José Eduardo Roselino e Andrea Rodrigues Ferro (UFSCAR) buscam mensurar o diferencial do salário médio entre negros e brancos nos anos de 2002 e 2012 a partir dos dados da PNAD, afim de investigar possíveis alterações no padrão de inserção do negro do Mercado de trabalho nacional.

Ana Cristina Lima Couto e Alexandre Florindo Alves (UEM) testam premissas acerca do crescimento pró-pobre no meio rural brasileiro de 2004 a 2013, tendo como diferencial uma abordagem setorial para unidades da federação. Nesta análise foram incluídas também algumas variáveis além da renda e da desigualdade de renda, tais como o valor médio das rendas não oriundas do trabalho e a proporção de ocupados em atividades permanentes, de modo a testar a elasticidade da pobreza com metodologia de dados em painel nestas variáveis, concluindo que a renda tem o maior impacto na redução da pobreza entre os ocupados no setor agrícola, seguida pela queda da desigualdade de renda.

Cleusimar Cardoso Alves Almeida, Vanessa Pereira Terra, Manuela de Camargo Dias, Diego Henrique Alexandre e Larissa Araújo dos Santos, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), apresentam uma contribuição teórica acerca das interferências da globalização na reprodução da desigualdade social. A partir de uma releitura de autores como Santos (2011), Kliksberg e Sen (2010) e Castells (2010), os autores confirmaram que a globalização atual tem produzido resultados desiguais entre os países e no interior dos mesmos, sendo esta realidade marcada pelo conflitos de classes e constante apropriação de recursos econômicos, concluindo que o processo de globalização, no mínimo, não reduz as desigualdades com velocidade suficiente.

O artigo de Izak Carlos Silva (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Maria Aparecida Silva Oliveira (UFSCar) faz uma análise da estrutura produtiva e distribuição de renda no Brasil a partir de uma abordagem insumo-produto. Objetivando verificar se os setores de grande relevância na cadeia produtiva brasileira entre 2002 e 2009 contribuíram para melhorar a distribuição da renda, os autores calcularam os índices de Rasmussen-Hirschman Ghosh, a decomposição estrutural para a renda e as ocupações, o índice de Gini e a renda média setorial para o referido período, concluindo que a indústria de transformação exerceu papel chave na estrutura produtiva, e que os níveis de renda e ocupações apresentaram melhoras, sobretudo, em decorrência do efeito demanda final. Uma das conclusões aponta para um descasamento entre incentivos setoriais e redução da desigualdade: embora a economia tenha apresentado melhora sistemática, constante e progressiva nos coeficientes de desigualdade de renda no período analisado, “os setores responsáveis por grande parcela desse crescimento não são os mesmos setores incentivados por políticas públicas ao longo do período de maneira direta”, sendo o nível de crescimento econômico influenciado sobremaneira pela demanda final.

José Ricardo Nogueira, Rozane Bezerra Siqueira (Universidade Federal de Pernambuco) e Carlos Feitosa Luna (Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães) propõe que a teoria de ilusão fiscal pode dar conta de explicar duas contradições entre a realidade social brasileira e duas teorias centrais da tributação e da política democrática:

o alto nível de desigualdade de renda e a alta carga tributária no Brasil. A primeira teoria prediz que, dentro de um contexto democrático, altos níveis de desigualdade de renda deveriam levar os governos a implementar significantes políticas de redistribuição. A segunda teoria considera a capacidade do governo em coletar tributos como dependente de um contrato social entre o estado e seus cidadãos e prediz um relacionamento negativo entre tributação e polarização social.

De modo contrário a estas predições, o Brasil apresenta uma situação de equilíbrio nas últimas três décadas que combina eleições democráticas, alta desigualdade e carga tributária alta e crescente, baixa taxa de redistribuição, serviços públicos ineficientes e baixas taxas de investimento, situação que poderia ser explicada pela teoria da ilusão fiscal. O caso brasileiro, neste sentido, evidencia que a ilusão fiscal tem o poder de distorcer escolhas políticas e gerar disfunções no contrato social, podendo ameaçar o pacto democrático.

Considerando os enormes desafios colocados pelo tema desta edição especial e a miríade de visões e temáticas possíveis dentro deste escopo, entendemos que as importantes contribuições desta edição representam muito mais um ponto de partida do que de chegada, lançando luzes para a discussão de temas relevantes ao pensamento econômico e social nacional em momento de incertezas nos cenários interno e externo.

Ladislau Dowbor

**Editor**

Marcelo Mosaner

**Reponsável Técnico**